

Prefeitura Municipal de São Carlos do Estado de São Paulo

SÃO CARLOS-SP

Supervisor de Ensino

VOLUME I
MA039-19-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de São Carlos do Estado de São Paulo

Supervisor de Ensino

Edital nº 001/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil

Conhecimentos Gerais - Profª Leticia Veloso

Legislação Educacional - Profª Ana Maria B. Quiqueto e Bruna Pinotti

Conhecimentos Básicos de Educação - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Conhecimentos Específicos - Profª Ana Maria B. Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Karina Fávaro

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Danna Silva

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Equivalência e transformação de estruturas: Flexão de substantivos, adjetivos e pronomes (gênero, número, grau e pessoa). Processos de coordenação e subordinação. Colocação pronominal	01
Estudo, compreensão e interpretação de Texto: A significação das palavras no texto, conceito, encontros vocálicos, Dígrafos, Ortoépia, Divisão Silábica, Prosódia-Acentuação; Conteúdo do texto: Relações semântico-discursivas entre ideias no texto e os recursos linguísticos usados em função dessas relações; Escrita do texto; Modalizações no texto e os recursos linguísticos usados em função dessas modalizações; Textos: publicitários, jornalísticos, instrucionais, narrativos, poéticos, epistolares, história em quadrinhos; Linguagem verbal e não verbal	44
Fenômenos semânticos: sinonímia, homonímia, antonímia, paronímia, hiponímia, hiperonímia, ambiguidade	60
Figuras de linguagem: (comparação, metáfora, eufemismo, prosopopeia, onomatopeia, antítese, paradoxo, hipérbole, perífrase, silepse, hipérbato, metonímia, ironia, sinestesia, aliteração); Figuras e Vícios de Linguagem .	63
Acentuação	69
Morfologia (Flexão e Emprego): Substantivo; Adjetivo; Pronome; Artigo; Preposição; Numeral; Advérbio; Interjeição; Verbo-flexão	71
Substantivo: classificação, flexão, emprego. Adjetivo: classificação, flexão, emprego. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego, correlação dos modos e tempos verbais, vozes. Advérbio: classificação e emprego. Níveis de linguagem: Linguagem denotativa e linguagem conotativa. Ortografia: Crase/Pontuação/ Ortografia: Dificuldades ortográficas; Emprego do "s, z, g, j, ss, ç, x, ch"	72
Língua portuguesa aplicada à redação de documentos	81
Regra padrão de concordância nominal e verbal	93
Sintaxe: Elementos estruturais das palavras; Formação das palavras; Frase-oração-período; Sujeito: classificação; Predicado: verbal, nominal e verbo-nominal; Complementos verbais, objeto direto, objeto indireto; Adjuntos adnominais e adverbiais; Agente da passiva; Vocativo e apostro; Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Colocação pronominal, pronomes átonos; Figuras de sintaxe; Termos de Oração/ Período Composto/Conceito e classificação das orações	104

RACIOCÍNIO LÓGICO

Entendimento de estrutura lógica de situações-problema, bem como aplicar conteúdos matemáticos na vida prática	01
Determinantes	14
Exponencial: propriedades, função e equação; Função de 1º grau: raiz, coeficiente angular, equação e gráfico; Função de 2º grau: raízes, concavidade, discriminante, equação, vértice e gráfico; Função: definição; classificação quanto injetora, sobrejetora e bijetora; composta; e inversa	17
Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera	32
Geometria plana: Teorema de Pitágoras; área e propriedades das figuras planas: quadriláteros, triângulo e circunferência	37
Logaritmos: propriedades, função e equação; Matemática Financeira: porcentagem; juros simples e compostos; montante; e equivalência de taxas e de capitais	56
Matrizes	75
Potenciação e radiciação	78
Probabilidade e análise combinatória	100

SUMÁRIO

Sequência e Progressões aritmética e geométrica	107
Sistema de equações lineares	115
Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e volume	119
Trigonometria: seno, cosseno e tangente; teorema fundamental da Trigonometria; equações, transformações e identidades trigonométricas	124

CONHECIMENTOS GERAIS

Domínio de tópicos relevantes da política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, saúde, ecologia desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e/ou suas vinculações histórico geográficas em nível nacional e internacional. (Fatos marcantes que formaram a história do local, do Brasil e do Mundo).....	01
---	----

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de dezembro de 1988. Art. 205 ao 214.	01
BRASIL. Lei n.º 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente	03
BRASIL. Lei n.º 9.394/1996. LDB – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional	60
BRASIL. Decreto n.º 7.611/2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm	79
BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm	81
Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacionaldeeducacaoespecial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192	82
Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT; Instituto Avisa lá – Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em: https://www.avisala.org.br/wpcontent/uploads/2015/06/revistadeeducacaoinfantil_2012.pdf	89
Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos – Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf	105
Ministério da Educação. Práticas cotidianas na educação infantil – Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Secretaria de Educação Básica e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf	152
Ministério da Educação. Brinquedos e brincadeiras de creches: Manual de Orientação Pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf	181
Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – versão final. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf	222

SUMÁRIO

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em Creches que respeite os direitos fundamentais da criança. Brasília: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf	233
Resolução CNE/CEB n.º 2/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf	240
Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 – Institui Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf	245
Resolução CNE/CEB n.º 5/2009 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file	247
Resolução CNE/CEB n.º 03/2010 – Estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file	248
Resolução CNE/CEB n.º 4/2010 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf	251
Resolução CNE/CEB n.º 7/2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file	263
Resolução CNE/CP n.º 1/2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file	271

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

Equivalência e transformação de estruturas: Flexão de substantivos, adjetivos e pronomes (gênero, número, grau e pessoa). Processos de coordenação e subordinação. Colocação pronominal	01
Estudo, compreensão e interpretação de Texto: A significação das palavras no texto, conceito, encontros vocálicos, Dígrafos, Ortoépia, Divisão Silábica, Prosódia-Acentuação; Conteúdo do texto: Relações semântico-discursivas entre ideias no texto e os recursos linguísticos usados em função dessas relações; Escrita do texto; Modalizações no texto e os recursos linguísticos usados em função dessas modalizações; Textos: publicitários, jornalísticos, instrucionais, narrativos, poéticos, epistolares, história em quadrinhos; Linguagem verbal e não verbal	44
Fenômenos semânticos: sinonímia, homonímia, antonímia, paronímia, hiponímia, hiperonímia, ambiguidade	60
Figuras de linguagem: (comparação, metáfora, eufemismo, prosopopeia, onomatopeia, antítese, paradoxo, hipérbole, perífrase, silepse, hipérbato, metonímia, ironia, sinestesia, aliteração); Figuras e Vícios de Linguagem	63
Acentuação	69
Morfologia (Flexão e Emprego): Substantivo; Adjetivo; Pronome; Artigo; Preposição; Numeral; Advérbio; Interjeição; Verbo-flexão	71
Substantivo: classificação, flexão, emprego. Adjetivo: classificação, flexão, emprego. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego, correlação dos modos e tempos verbais, vozes. Advérbio: classificação e emprego. Níveis de linguagem: Linguagem denotativa e linguagem conotativa. Ortografia: Crase/Pontuação/ Ortografia: Dificuldades ortográficas; Emprego do "s, z, g, j, ss, ç, x, ch"	72
Língua portuguesa aplicada à redação de documentos	81
Regra padrão de concordância nominal e verbal	93
Sintaxe: Elementos estruturais das palavras; Formação das palavras; Frase-orção-período; Sujeito: classificação; Predicado: verbal, nominal e verbo-nominal; Complementos verbais, objeto direto, objeto indireto; Adjuntos adnominais e adverbiais; Agente da passiva; Vocativo e aposto; Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Colocação pronominal, pronomes átonos; Figuras de sintaxe; Termos de Oração/ Período Composto/ Conceito e classificação das orações	104

EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS: FLEXÃO DE SUBSTANTIVOS, ADJETIVOS E PRONOMES (GÊNERO, NÚMERO, GRAU E PESSOA). PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO. COLOCAÇÃO PRONOMINAL.

ESTRUTURA DAS PALAVRAS

As palavras podem ser analisadas sob o ponto de vista de sua estrutura significativa. Para isso, nós as dividimos em seus menores elementos (partes) possuidores de sentido. A palavra *inexplicável*, por exemplo, é constituída por três elementos significativos:

In = elemento indicador de negação

Explic – elemento que contém o significado básico da palavra

Ável = elemento indicador de possibilidade

Estes elementos formadores da palavra recebem o nome de **morfemas**. Através da união das informações contidas nos três morfemas de *inexplicável*, pode-se entender o significado pleno dessa palavra: “aquilo que não tem possibilidade de ser explicado, que não é possível tornar claro”.

Morfemas = são as menores unidades significativas que, reunidas, formam as palavras, dando-lhes sentido.

1. Classificação dos morfemas

A) Radical, lexema ou semantema – é o elemento portador de significado. É através do radical que podemos formar outras palavras comuns a um grupo de palavras da mesma família. Exemplo: *pequeno, pequenininho, pequenez*. O conjunto de palavras que se agrupam em torno de um mesmo radical denomina-se **família de palavras**.

B) Afixos – elementos que se juntam ao radical antes (os **prefixos**) ou depois (**sufixos**) dele. Exemplo: *beleza* (sufixo), *prever* (prefixo), *infiel* (prefixo).

C) Desinências - Quando se conjuga o verbo **amar**, obtêm-se formas como *amava, amavas, amava, amávamos, amáveis, amavam*. Estas modificações ocorrem à medida que o verbo vai sendo flexionado em número (singular e plural) e pessoa (primeira, segunda ou terceira). Também ocorrem se modificarmos o tempo e o modo do verbo (*amava, amara, amasse*, por exemplo). Assim, podemos concluir que existem morfemas que indicam as flexões das palavras. Estes morfemas sempre surgem no fim das palavras variáveis e recebem o nome de **desinências**. Há **desinências nominais** e **desinências verbais**.

C.1 Desinências nominais: indicam o gênero e o número dos nomes. Para a indicação de gênero, o português costuma opor as desinências *-o/-a*: *garoto/garota; menino/menina*. Para a indicação de número, costuma-se utilizar o morfema *-s*, que in-

dica o plural em oposição à ausência de morfema, que indica o singular: *garoto/garotos; garota/garotas; menino/meninos; menina/meninas*. No caso dos nomes terminados em *-r* e *-z*, a desinência de plural assume a forma *-es*: *mar/mares; revólver/revólveres; cruz/cruzes*.

C.2 Desinências verbais: em nossa língua, as desinências verbais pertencem a dois tipos distintos. Há desinências que indicam o modo e o tempo (**desinências modo-temporais**) e outras que indicam o número e a pessoa dos verbos (**desinência número-pessoais**):

cant-á-va-mos:

cant: radical / *-á-:* vogal temática / *-va-:* desinência modo-temporal (caracteriza o pretérito imperfeito do indicativo) / *-mos:* desinência número-pessoal (caracteriza a primeira pessoa do plural)

cant-á-sse-is:

cant: radical / *-á-:* vogal temática / *-sse-:* desinência modo-temporal (caracteriza o pretérito imperfeito do subjuntivo) / *-is:* desinência número-pessoal (caracteriza a segunda pessoa do plural)

D) Vogal temática

Entre o radical *cant-* e as desinências verbais, surge sempre o morfema *-a*. Este morfema, que liga o radical às desinências, é chamado de **vogal temática**. Sua função é ligar-se ao radical, constituindo o chamado **tema**. É ao tema (*radical + vogal temática*) que se acrescentam as desinências. Tanto os verbos como os nomes apresentam vogais temáticas. No caso dos verbos, a vogal temática indica as conjugações: *-a* (da 1.ª conjugação = cantar), *-e* (da 2.ª conjugação = escrever) e *-i* (3.ª conjugação = partir).

D.1 Vogais temáticas nominais: São *-a, -e, e -o*, quando átonas finais, como em *mesa, artista, perda, escola, base, combate*. Nestes casos, não poderíamos pensar que essas terminações são desinências indicadoras de gênero, pois *mesa* e *escola*, por exemplo, não sofrem esse tipo de flexão. É a estas vogais temáticas que se liga a desinência indicadora de plural: *mesa-s, escola-s, perda-s*. Os nomes terminados em vogais tônicas (*sofá, café, cipó, caqui*, por exemplo) não apresentam vogal temática.

D.2 Vogais temáticas verbais: São *-a, -e* e *-i*, que caracterizam três grupos de verbos a que se dá o nome de **conjugações**. Assim, os verbos cuja vogal temática é *-a* pertencem à primeira conjugação; aqueles cuja vogal temática é *-e* pertencem à segunda conjugação e os que têm vogal temática *-i* pertencem à terceira conjugação.

E) Interfixos

São os elementos (vogais ou consoantes) que se intercalam entre o radical e o sufixo, para facilitar ou mesmo possibilitar a leitura de uma determinada palavra. Por exemplo:

Vogais: frutífero, gasômetro, carnívoro.
Consoantes: cafezal, sonoento, friorento.

2. Formação das Palavras

Há em Português *palavras primitivas, palavras derivadas, palavras simples, palavras compostas.*

- A) Palavras primitivas:** aquelas que, na língua portuguesa, não provêm de outra palavra: *pedra, flor.*
- B) Palavras derivadas:** aquelas que, na língua portuguesa, provêm de outra palavra: *pedreiro, floricultura.*
- C) Palavras simples:** aquelas que possuem um só radical: *azeite, cavalo.*
- D) Palavras compostas:** aquelas que possuem mais de um radical: *couve-flor, planalto.*

As palavras compostas podem ou não ter seus elementos ligados por hífen.

2.1. Processos de Formação de Palavras

Na Língua Portuguesa há muitos processos de formação de palavras. Entre eles, os mais comuns são a *derivação, a composição, a onomatopeia, a abreviação e o hibridismo.*

2.2. Derivação por Acréscimo de Afixos

É o processo pelo qual se obtêm palavras novas (derivadas) pela anexação de afixos à palavra primitiva. A derivação pode ser: *prefixal, sufixal e parassintética.*

A) Prefixal (ou prefixação): a palavra nova é obtida por acréscimo de prefixo.

<i>In</i>	<i>feliz</i>	/	<i>des</i>	<i>leal</i>
Prefixo	radical		prefixo	radical

B) Sufixal (ou sufixação): a palavra nova é obtida por acréscimo de sufixo.

<i>Feliz</i>	<i>mente</i>	/	<i>leal</i>	<i>dade</i>
Radical	sufixo		radical	sufixo

C) Parassintética: a palavra nova é obtida pelo acréscimo **simultâneo** de prefixo e sufixo. Por parassíntese formam-se principalmente verbos.

<i>En</i>	<i>trist</i>	<i>ecer</i>
Prefixo	radical	sufixo

<i>En</i>	<i>tard</i>	<i>ecer</i>
prefixo	radical	sufixo

Há dois casos em que a palavra derivada é formada sem que haja a presença de afixos. São eles: a *derivação regressiva* e a *derivação imprópria.*

2.3. Derivação

- **Derivação regressiva:** a palavra nova é obtida por redução da palavra primitiva. Ocorre, sobretudo, na formação de substantivos derivados de verbos.

janta (substantivo) - deriva de *jantar* (verbo) / *pesca* (substantivo) – deriva de *pescar* (verbo)

- **Derivação imprópria:** a palavra nova (derivada) é obtida pela mudança de categoria gramatical da palavra primitiva. Não ocorre, pois, alteração na forma, mas somente na classe gramatical.

Não entendi o porquê da briga. (o substantivo "porquê" deriva da conjunção *porque*)

Seu olhar me fascina! (*olhar* aqui é substantivo, deriva do verbo *olhar*).



#FicaDica

A derivação regressiva "mexe" na estrutura da palavra, geralmente transforma verbos em substantivos: *caça* = deriva de *caçar*, *saque* = deriva de *sacar*

A derivação imprópria não "mexe" com a palavra, apenas faz com que ela pertença a uma classe gramatical "imprópria" da qual ela realmente, ou melhor, costumeiramente faz parte. A alteração acontece devido à presença de outros termos, como artigos, por exemplo:

O verde das matas! (o adjetivo "verde" passou a funcionar como substantivo devido à presença do artigo "o")

2.4. Composição

Haverá composição quando se juntarem dois ou mais radicais para formar uma nova palavra. Há dois tipos de composição: *justaposição* e *aglutinação*.

A) Justaposição: ocorre quando os elementos que formam o composto são postos lado a lado, ou seja, justapostos: *para-raios*, *corre-corre*, *guarda-roupa*, *segunda-feira*, *girassol*.

B) Composição por aglutinação: ocorre quando os elementos que formam o composto aglutinam-se e pelo menos um deles perde sua integridade sonora: *aguardente* (*água* + *ardente*), *planalto* (*plano* + *alto*), *pernalta* (*perna* + *alta*), *vinagre* (*vinho* + *acre*).

Onomatopeia – é a palavra que procura reproduzir certos sons ou ruídos: *reco-reco*, *tique-taque*, *fom-fom*.

Abreviação – é a redução de palavras até o limite permitido pela compreensão: *moto* (motocicleta), *pneu* (pneumático), *metrô* (metropolitano), *foto* (fotografia).

Abreviatura: é a redução na grafia de certas palavras, limitando-as quase sempre à letra inicial ou às letras iniciais: *p.* ou *pág.* (para página), *Sr.* (para senhor).

Sigla: é um caso especial de abreviatura, na qual se reduzem locuções substantivas próprias às suas letras iniciais (são as siglas puras) ou sílabas iniciais (siglas impuras), que se grafam de duas formas: *IBGE*, *MEC* (siglas puras); *DETRAN* ou *Detran*, *PETROBRAS* ou *Petrobras* (siglas impuras).

Hibridismo: é a palavra formada com elementos oriundos de línguas diferentes: *automóvel* (*auto*: grego; *móvel*: latim); *sociologia* (*socio*: latim; *logia*: grego); *sambódromo* (*samba*: dialeto africano; *dromo*: grego).



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (RIOPREVIDÊNCIA – ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA SOCIAL – SUPERIOR - CEPERJ/2014) A palavra “infraestrutura” é formada pelo seguinte processo:

- a) sufixação
- b) prefixação
- c) parassíntese
- d) justaposição
- e) aglutinação

Resposta: Letra B. Infra = prefixo + estrutura – temos a junção de um prefixo com um radical, portanto: derivação prefixal (ou prefixação).

2. (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL/MG – AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO – MÉDIO - IBFC/2014) O vocábulo “entristecido” é um exemplo de:

- a) palavra composta
- b) palavra primitiva
- c) palavra derivada
- d) neologismo

Resposta: Letra C. en + triste + ido (com consoante de ligação “c”) = ao radical “triste” foram acrescentados o prefixo “en” e o sufixo “ido”, ou seja, “entristecido” é palavra derivada do processo de formação de palavras chamado de: prefixação e sufixação. Para o exercício, basta “derivada”!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30.^a ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens: volume 1 – 7.^a ed. Reform.* – São Paulo: Saraiva, 2010.

AMARAL, Emília... [et al.] *Português: novas palavras: literatura, gramática, redação.* – São Paulo: FTD, 2000.

SITE

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/gramatica/estrutura-e-formacao-de-palavras-i.htm>

Classes de palavras

Adjetivo

É a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se relaciona com o substantivo, concordando com este em gênero e número.

As praias brasileiras estão poluídas.

Praias = substantivo; brasileiras/poluídas = adjetivos (plural e feminino, pois concordam com “praias”).

1. Locução adjetiva

Locução = reunião de palavras. Sempre que são necessárias duas ou mais palavras para falar sobre a mesma coisa, tem-se locução. Às vezes, uma preposição + substantivo tem o mesmo valor de um adjetivo: é a Locução Adjetiva (expressão que equivale a um adjetivo). Por exemplo: aves **da noite** (aves **noturnas**), paixão **sem freio** (paixão **desenfreada**).

Observe outros exemplos:

de águia	aquilino
de aluno	discente
de anjo	angelical
de ano	anual
de aranha	aracnídeo
de boi	bovino
de cabelo	capilar
de cabra	caprino
de campo	campestre ou rural
de chuva	pluvial

de criança	pueril
de dedo	digital
de estômago	estomacal ou gástrico
de falcão	falconídeo
de farinha	farináceo
de fera	ferino
de ferro	férreo
de fogo	ígneo
de garganta	gutural
de gelo	glacial
de guerra	bélico
de homem	viril ou humano
de ilha	insular
de inverno	hibernal ou invernial
de lago	lacustre
de leão	leonino
de lebre	eporino
de lua	lunar ou selênico
de madeira	lígneo
de mestre	magistral
de ouro	áureo
de paixão	passional
de pâncreas	pancreático
de porco	suíno ou porcino
dos quadris	ciático
de rio	fluvial
de sonho	onírico
de velho	senil
de vento	eólico
de vidro	vítreo ou hialino
de virilha	inguinal
de visão	óptico ou ótico

Observação:

Nem toda locução adjetiva possui um adjetivo correspondente, com o mesmo significado: Vi as alunas **da 5ª série**. / O muro **de tijolos** caiu.

2. Morfossintaxe do Adjetivo (Função Sintática):

O adjetivo exerce sempre funções sintáticas (função dentro de uma oração) relativas aos substantivos, atuando como adjunto adnominal ou como predicativo (do sujeito ou do objeto).

3. Adjetivo Pátrio (ou gentílico)

Indica a nacionalidade ou o lugar de origem do ser. Observe alguns deles:

Estados e cidades brasileiras:

Alagoas	alagoano
Amapá	amapaense

ÍNDICE

RACIOCÍNIO LÓGICO

Entendimento de estrutura lógica de situações-problema, bem como aplicar conteúdos matemáticos na vida prática	01
Determinantes	14
Exponencial: propriedades, função e equação; Função de 1º grau: raiz, coeficiente angular, equação e gráfico; Função de 2º grau: raízes, concavidade, discriminante, equação, vértice e gráfico; Função: definição; classificação quanto injetora, sobrejetora e bijetora; composta; e inversa	17
Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera	32
Geometria plana: Teorema de Pitágoras; área e propriedades das figuras planas: quadriláteros, triângulo e circunferência	37
Logaritmos: propriedades, função e equação; Matemática Financeira: porcentagem; juros simples e compostos; montante; e equivalência de taxas e de capitais	56
Matrizes	75
Potenciação e radiciação	78
Probabilidade e análise combinatória	100
Sequência e Progressões aritmética e geométrica	107
Sistema de equações lineares	115
Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e volume	119
Trigonometria: seno, cosseno e tangente; teorema fundamental da Trigonometria; equações, transformações e identidades trigonométricas	124

ENTENDIMENTO DE ESTRUTURA LÓGICA DE SITUAÇÕES-PROBLEMA, BEM COMO APLICAR CONTEÚDOS MATEMÁTICOS NA VIDA PRÁTICA.

Definição: Todo o conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Nossa professora, bela definição!

Não entendi nada!

Vamos pensar que para ser proposição a frase tem que fazer sentido, mas não só sentido no nosso dia a dia, mas também no sentido lógico.

Para uma melhor definição dentro da lógica, para ser proposição, temos que conseguir julgar se a frase é verdadeira ou falsa.

Exemplos:

(A) A Terra é azul.

Conseguimos falar se é verdadeiro ou falso? Então é uma proposição.

(B) $\sqrt{2} > 2$

Como $\sqrt{2} \approx 1,41$, então a proposição tem valor lógico falso.

Todas elas exprimem um fato.

Agora, vamos pensar em uma outra frase:

O dobro de 1 é 2?

Sim, correto?

Correto. Mas é uma proposição?

Não! Porque sentenças interrogativas, não podemos declarar se é falso ou verdadeiro.

Bruno, vá estudar.

É uma declaração imperativa, e da mesma forma, não conseguimos definir se é verdadeiro ou falso, portanto, não é proposição.

Passei!

Ahh isso é muito bom, mas infelizmente, não podemos de qualquer forma definir se é verdadeiro ou falso, porque é uma sentença exclamativa.

Vamos ver alguns princípios da lógica:

I. Princípio da não Contradição: uma proposição não pode ser verdadeira "e" falsa ao mesmo tempo.

II. Princípio do Terceiro Excluído: toda proposição "ou" é verdadeira "ou" é falsa, isto é, verifica-se sempre um desses casos e nunca um terceiro caso.

1. Valor Lógico das Proposições

Definição: Chama-se valor lógico de uma proposição a verdade, se a proposição é verdadeira (V), e a falsidade, se a proposição é falsa (F).

Exemplo

p: Thiago é nutricionista.

$V(p)=V$ essa é a simbologia para indicar que o valor lógico de p é verdadeira, ou

$V(p)=F$

Basicamente, ao invés de falarmos, é verdadeiro ou falso, devemos falar tem o valor lógico verdadeiro, tem valor lógico falso.

2. Classificação

Proposição simples: não contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. São geralmente designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r,s... E depois da letra colocamos ":"

Exemplo:

p: Marcelo é engenheiro.

q: Ricardo é estudante.

Proposição composta: combinação de duas ou mais proposições. Geralmente designadas pelas letras maiúsculas P, Q, R, S,...

Exemplo:

P: Marcelo é engenheiro e Ricardo é estudante.

Q: Marcelo é engenheiro ou Ricardo é estudante.

Se quisermos indicar quais proposições simples fazem parte da proposição composta:

$P(p,q)$

Se pensarmos em gramática, teremos uma proposição composta quando tiver mais de um verbo e proposição simples, quando tiver apenas 1. Mas, lembrando que para ser proposição, temos que conseguir definir o valor lógico.

3. Conectivos

Agora que vamos entrar no assunto mais interessante e o que liga as proposições.

Antes, estavamos vendo mais a teoria, a partir dos conectivos vem a parte prática.

3.1. Definição

Palavras que se usam para formar novas proposições, a partir de outras.

Vamos pensar assim: conectivos? Conectam alguma coisa?

Sim, vão conectar as proposições, mas cada conectivo terá um nome, vamos ver?

-Negação

extensa: não, é falso que, não é verdade que, é mentira que
símbolo: \sim , \neg

Exemplo

p: Livia é estudante.

$\sim p$: Livia não é estudante.

q: Pedro é loiro.

$\neg q$: É falso que Pedro é loiro.

r: Érica lê muitos livros.

$\sim r$: Não é verdade que Érica lê muitos livros.

s: Cecilia é dentista.

$\neg s$: É mentira que Cecilia é dentista.

-Conjunção

extensa: "e", "nem", "mas também", "como também", "além de (disso, disto, daquilo)", "quanto" (depois de tanto), "bem como", "mas", "porém", "todavia", "entretanto", "no entanto", "senão", "não obstante", "contudo" etc.

Símbolo: \wedge

Nossa, são muitas formas de se escrever com a conjunção.

Não precisa decorar todos, alguns são mais usuais: "e", "mas", "porém".

Exemplos

p: Vinícius é professor.

q: Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor e Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor, mas Camila é médica.

$p \wedge q$: Vinícius é professor, porém Camila é médica.

- Disjunção

extensa: .. ou...

símbolo: \vee

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar.

$p \vee q$: Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

- Disjunção Exclusiva

Extensa: Ou...ou...

Símbolo: $\underline{\vee}$

p: Vitor gosta de estudar.

q: Vitor gosta de trabalhar

$p \underline{\vee} q$: Ou Vitor gosta de estudar ou Vitor gosta de trabalhar.

-Condicional

Extenso: Se..., então..., É necessário que, Condição necessária

Símbolo: \rightarrow

Exemplos

$p \rightarrow q$: Se chove, então faz frio.

$p \rightarrow q$: É suficiente que chova para que faça frio.

$p \rightarrow q$: Chover é condição suficiente para fazer frio.

$p \rightarrow q$: É necessário que faça frio para que chova.

$p \rightarrow q$: Fazer frio é condição necessária para chover.

-Bicondicional

Extenso: se, e somente se, ...

Símbolo: \leftrightarrow

p: Lucas vai ao cinema.

q: Danilo vai ao cinema.

$p \leftrightarrow q$: Lucas vai ao cinema se, e somente se, Danilo vai ao cinema.

Referências

ALENCAR FILHO, Edgar de – Iniciação a lógica matemática – São Paulo: Nobel – 2002.

Tabela-verdade

Com a tabela-verdade, conseguimos definir o valor lógico de proposições compostas facilmente, analisando cada coluna.

Se tivermos uma proposição p, ela pode ter $V(p)=V$ ou $V(p)=F$.

p
V
F

Quando temos duas proposições, não basta colocar só VF, será mais que duas linhas.

p	q
V	V
V	F
F	V
F	F

Observe, a primeira proposição ficou VVFF

E a segunda intercalou VFVF

Vamos raciocinar, com uma proposição temos 2 possibilidades, com 2 proposições temos 4, tem que haver um padrão para se tornar mais fácil!

As possibilidades serão 2^n ,

Onde:

n =número de proposições

p	q	r
V	V	V
V	F	V
V	V	F
V	F	F
F	V	V
F	F	V
F	V	F
F	F	F

A primeira proposição, será metade verdadeira e metade falsa.

A segunda, vamos sempre intercalar VFVFVF.

E a terceira VVFFVVFF.

Agora, vamos ver a tabela verdade de cada um dos operadores lógicos?

-Negação

p	$\sim p$
V	F
F	V

Se estamos negando uma coisa, ela terá valor lógico oposto, faz sentido, não?

- Conjunção

Eu comprei bala e chocolate, só vou me contentar se eu tiver as duas coisas, certo?

Se eu tiver só bala não ficarei feliz, e nem se tiver só chocolate.

E muito menos se eu não tiver nenhum dos dois.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

- Disjunção

Vamos pensar na mesma frase anterior, mas com o conectivo "ou".

Eu comprei bala ou chocolate.

Eu comprei bala e também comprei a chocolate, está certo pois poderia ser um dos dois ou os dois.

Se eu comprei só bala, ainda estou certa, da mesma forma se eu comprei apenas chocolate.

Agora se eu não comprar nenhum dos dois, não dará certo.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

- Disjunção Exclusiva

Na disjunção exclusiva é diferente, pois OU comprei chocolate OU comprei bala.

Ou seja, um ou outro, não posso ter os dois ao mesmo tempo.

p	q	$p \underline{\vee} q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

- Condicional

Se chove, então faz frio.

Se choveu e fez frio.

Estamos dentro da possibilidade.(V)

Choveu e não fez frio.

Não está dentro do que disse. (F)

Não choveu e fez frio.

Ahh tudo bem, porque pode fazer frio se não chover, certo?(V)

Não choveu, e não fez frio.

Ora, se não choveu, não precisa fazer frio. (V)

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

- Bicondicional

Ficarei em casa, se e somente se, chover.

Estou em casa e está chovendo.

A ideia era exatamente essa. (V)

Estou em casa, mas não está chovendo.

Você não fez certo, era só pra ficar em casa se chovesse. (F)

Eu sai e está chovendo.

Aiaiai não era pra sair se está chovendo (F)

Não estou em casa e não está chovendo.

Sem chuva, você pode sair, ta?(V)

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

EXERCÍCIOS COMENTADOS

1.(EBSERH – ÁREA MÉDICA – CESPE – 2018) A respeito de lógica proposicional, julgue o item que se segue. Se P, Q e R forem proposições simples e se $\sim R$ indicar a negação da proposição R, então, independentemente dos valores lógicos V = verdadeiro ou F = falso de P, Q e R, a proposição $P \rightarrow Q \vee (\sim R)$ será sempre V.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado Se P for verdadeiro, Q falso e R falso, a proposição é falsa.

2. (TRT 7ª REGIÃO – CONHECIMENTOS BÁSICOS – CESPE – 2017)

Texto CB1A5AAA – Proposição P

A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias, mas não apresentou os comprovantes de pagamento; o juiz julgou, pois, procedente a ação movida pelo ex-empregado.

A quantidade mínima de linhas necessárias na tabela-verdade para representar todas as combinações possíveis para os valores lógicos das proposições simples que compõem a proposição P do texto CB1A5AAA é igual a

- a) 32.
- b) 4.
- c) 8.
- d) 16.

Resposta: Letra C. P: A empresa alegou ter pago suas obrigações previdenciárias.

Q: apresentou os comprovantes de pagamento.

R: o juiz julgou, pois, procedente a ação movida pelo ex-empregado.

Número de linhas: $2^3=8$

3.(SERES-PE – AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA – CESPE – 2017) A partir das proposições simples P: "Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço", Q: "As lojas do centro comercial Bom Preço estavam realizando liquidação" e R: "Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço" é possível formar a proposição composta S: "Se Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço e se as lojas desse centro estavam realizando liquidação, então Sandra comprou roupas nas lojas do Bom Preço ou Sandra foi passear no centro comercial Bom Preço". Considerando todas as possibilidades de as proposições P, Q e R serem verdadeiras (V) ou falsas (F), é possível construir a tabela-verdade da proposição S, que está iniciada na tabela mostrada a seguir.

P	Q	R		S
V	V	V		
V	V	F		
V	F	V		
V	F	F		
F	V	V		
F	V	F		
F	F	V		
F	F	F		

Completando a tabela, se necessário, assinale a opção que mostra, na ordem em que aparecem, os valores lógicos na coluna correspondente à proposição S, de cima para baixo.

- a) V/V/F/F/F/F/F/F.
- b) V/V/F/V/V/F/F/V.
- c) V/V/F/V/F/F/F/V.
- d) V/V/V/V/V/V/V/V.
- e) V/V/V/F/V/V/V/F.

Resposta: Letra D

A proposição S é composta por: $(p \wedge q) \rightarrow (r \vee p)$

P	Q	R	$p \wedge q$	$r \vee p$	$S(p \wedge q) \rightarrow (r \vee p)$
V	V	V	V	V	V
V	V	F	V	V	V
V	F	V	F	V	V
V	F	F	F	V	V
F	V	V	F	V	V
F	V	F	F	F	V
F	F	V	F	V	V
F	F	F	F	F	V

TAUTOLOGIA

Definição: Chama-se tautologia, toda proposição composta que terá a coluna inteira de valor lógico V.

Podemos ter proposições SIMPLES que são falsas e se a coluna da proposição composta for verdadeira é tautologia.

Vamos ver alguns exemplos.

A proposição $\sim(p \wedge p)$ é tautologia, pelo Princípio da não contradição. Está lembrado?

Princípio da não Contradição: uma proposição não pode ser verdadeira "e" falsa ao mesmo tempo.

P	$\sim p$	$p \wedge \sim p$	$\sim(p \wedge \sim p)$
V	F	F	V
F	V	F	V

A proposição $p \vee \sim p$ é tautológica, pelo princípio do Terceiro Excluído.

Princípio do Terceiro Excluído: toda proposição "ou" é verdadeira "ou" é falsa, isto é, verifica-se sempre um desses casos e nunca um terceiro caso.

P	$\sim p$	$p \vee \sim p$
V	F	V
F	V	V

Esses são os exemplos mais simples, mas normalmente conseguiremos resolver as questões com base na tabela verdade, por isso insisto que a tabela verdade dos operadores, têm que estar na "ponta da língua", quase como a tabuada da matemática.

Veremos outros exemplos.

Exemplo 1

Vamos pensar nas proposições:

P: João é estudante.

Q: Mateus é professor.

Se João é estudante, então João é estudante ou Mateus é professor.

Em simbologia: $p \rightarrow p \vee q$

P	Q	$p \vee q$	$p \rightarrow p \vee q$
V	V	V	V
V	F	V	V
F	V	V	V
F	F	F	V

A coluna inteira da proposição composta deu verdadeiro, então é uma tautologia.

Exemplo 2

Com as mesmas proposições anteriores:

João é estudante ou não é verdade que João é estudante e Mateus é professor.

ÍNDICE

CONHECIMENTOS GERAIS

Domínio de tópicos relevantes da política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, saúde, ecologia desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e/ou suas vinculações histórico geográficas em nível nacional e internacional. (Fatos marcantes que formaram a história do local, do Brasil e do Mundo)..... 01

DOMÍNIO DE TÓPICOS RELEVANTES DA POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, SAÚDE, ECOLOGIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SEGURANÇA, ARTES E LITERATURA E/OU SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICO GEOGRÁFICAS EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL. (FATOS MARCANTES QUE FORMARAM A HISTÓRIA DO LOCAL, DO BRASIL E DO MUNDO).

1 –Lula pode ir a semiaberto

Em abril de 2019, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) reduziu a pena do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 12 anos para oito anos e 10 meses de prisão. Os crimes previstos são: corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A defesa do ex-presidente contesta o processo e cita a existência de “parcialidade” e critica o “cerceamento no acesso aos documentos da investigação”. Outra contestação da defesa se refere ao fato de haver uma sentença com base “apenas em depoimento de um delator”.

No mês de setembro, Lula cumprirá um sexto da pena e poderá requisitar regime semiaberto. Contudo, será preciso não haver mais condenações daqui pra frente.



#FicaDica

O caso de Lula é destaque na imprensa internacional. Em abril de 2018, Lula se entregou às autoridades.



FIQUE ATENTO!

Temas dessa natureza podem ser tratados em questões de atualidades nos concursos.

2 - Desconfiança nas mídias, marcas e redes sociais

Pesquisa recente da consultoria inglesa Kantar revela o índice de desconfiança das pessoas em relação às mídias, marcas e redes sociais. Foram ouvidas cerca de 5.000 pessoas do Brasil e de outros países como EUA, Reino Unido, França e China.

Na pesquisa foi observado que 36% das pessoas confiam na comunicação offline contra 28% que afirma confiar na comunicação online. O levantamento também mostra que 68% das pessoas defendem que o jornalismo com objetividade é um mecanismo importante para a democracia.

O estudo ainda retrata que notícias que falam de marcas trazem “sensação de publicidade” ao internauta. A Kantar é uma das consultorias mais importantes do mundo e foi fundada em 1993.



#FicaDica

A pesquisa retrata sintomas dos tempos atuais, marcados pela exigência do público quanto ao que consome na mídia e redes sociais.



FIQUE ATENTO!

Vale pontuar outro fato bastante atual na dinâmica das redes sociais, o desafio de lidar com as fake news. É importante manter atenção ao tema.

3 – China e a tecnologia 5G

A tecnologia 5G desembarcou oficialmente no mundo em 2018. De lá pra cá, a China tem demonstrado estar na dianteira quanto ao monopólio e desenvolvimento dessa tecnologia. Para se ter uma ideia, os chineses estão à frente de um projeto de fibra ótica unindo a Ásia e Europa.

E em meio a essa dianteira, cresce a pressão dos Estados Unidos em relação à União Europeia para reduzir o impacto do mercado chinês no velho mundo. Porém o bloco europeu já anunciou que não pretende evitar a entrada da Huawei, a gigante chinesa de telecomunicações.

Os EUA justificam a pressão em relação à China, de acordo com eles, pelo fato de haver “risco de invasão cibernética” chinesa no Ocidente. Porém a Europa já deixou claro que pretende manter suas políticas de segurança da informação, sem ceder a pressões dos estadunidenses, mas em consonância às suas próprias regras.

Em linhas gerais, a UE não proibiu a entrada da Huawei, mas deixa claro que os Estados-membros estarão em alerta quanto à segurança. As nações terão de partilhar dados sobre segurança cibernética em 5G e fazer avaliações.



#FicaDica

Nações que dominam a tecnologia, conseqüentemente, exercem poderio em outros setores no mundo. A China mostra que está apta a tudo isso.



FIQUE ATENTO!

Nesse embate, verificamos aqui mais uma vez um confronto entre China e EUA pelo domínio tecnológico. Lembrando que os estadunidenses ainda têm poder nesse campo, já que contam com as empresas mais poderosas do mundo: Google, Apple e Facebook.

4 – Campanha de lideranças indígenas, quilombolas e ribeirinhas

Ao menos 25 lideranças entre grupos de quilombolas, indígenas e ribeirinhas se uniram em campanha de resistência para preservação de terras e dessas comunidades. Em abril, os grupos lançaram vídeo no YouTube (#PovosDaFloresta) levantando a bandeira da campanha.

A campanha é conduzida pelo Instituto Socioambiental (ISA). A entidade atua há mais de 25 anos em defesa dos direitos das comunidades tradicionais no Brasil.



#FicaDica

Povos e comunidades tradicionais ocupam territórios onde são mantidos seus hábitos, cultura e ancestralidade.



FIQUE ATENTO!

No Brasil, indígenas e quilombolas são grupos integrantes das comunidades tradicionais.

5 - Nasa impede primeira tripulação feminina

A Nasa, agência espacial norte-americana, estava prestes a anunciar um feito: a primeira tripulação totalmente feminina em uma missão no espaço. Porém, por causa de um macacão, a medida foi adiada.

Duas astronautas fariam a missão, Christina Koch e Anne McClain, mas havia somente um traje adequado ao tamanho das astronautas. Esse problema de logística, então, adiou os planos de haver uma missão apenas com mulheres.

Lembrando que a primeira mulher a participar de uma missão no espaço foi Sally Ride, em 1983. Outro dado curioso é que o recorde de uma pessoa a permanecer no espaço pela Nasa é de uma mulher, Peggy Whitson.



#FicaDica

Medida suscitou debates em torno do pouco espaço cedido às mulheres na ciência espacial, ainda profundamente dominado pelos homens. Tudo isso diante das discussões em todo mundo sobre a discriminação de gênero.



FIQUE ATENTO!

Site da Nasa é um portal bastante completo com boletins e notícias sobre missões espaciais, imagens e estudos. Vale verificar!

6 – Pesquisa sobre diversidade social

O Centro de Pesquisa Pew publicou uma pesquisa sobre a opinião das pessoas em relação à diversidade social em seus países. De forma geral, 45% das pessoas, de 27 países, consideram essa diversidade como algo positivo.

No Brasil, o índice chega a 51%. Mas os índices são superiores em outras nações: Indonésia, Coreia do Sul, Reino Unido e EUA, com 76%, 68%, 62% e 61%, respectivamente.

Quanto às críticas relativas à diversidade social, o índice representa 23% no mundo e 13% no Brasil. As nações com indicadores mais altos, segundo Pew, são: Grécia (62%) e Itália (45%).



#FicaDica

O conceito de diversidade social implica em diferenças étnicas, religiosas, de costumes, bem como, diferenças culturais.



FIQUE ATENTO!

O Pew Research Center (PRC), com sede nos EUA (ou Centro de Pesquisa Pew) é um dos institutos de pesquisas mais importantes do mundo.

7 – Apple e seu cartão de crédito

A gigante da tecnologia Apple anuncia a chegada de seu cartão de crédito no mercado mundial ainda em 2019. A novidade é uma parceria com o banco Goldman Sachs.

Os funcionários da Apple serão os primeiros a testarem o cartão nos próximos meses, até a chegada do produto ao consumidor, que deve ocorrer até o final deste ano. O cartão será acessado pela Apple Wallet, conforme a imprensa especializada adiantou desde o ano passado.

A empresa também disponibilizará recursos de gerenciamento de gastos do usuário. No caso, uma das frentes é alertar sobre o que está custando mais caro em alguns setores. O cartão será emitido pelo Goldman Sachs e utilizará a bandeira Mastercard.



#FicaDica

Essa parceria deve aumentar as receitas de ambas as empresas. O projeto prevê investimentos de mais de 200 milhões de dólares.



FIQUE ATENTO!

Questões sobre tecnologia têm sido abordadas com frequência nas provas de concursos públicos. Por isso, vale manter atenção ao tema.

8 – Papa favorável à educação sexual

Em entrevista à imprensa, no dia 28 de janeiro, o papa Francisco defendeu a educação sexual nas escolas, além de mencionar que o sexo “não é um monstro, mas um dom de Deus”. O papa ainda ressaltou que o ato sexual é um “dom de Deus para amar”.

Francisco comentou a importância das escolas em orientar os jovens, especialmente, quando o aluno não tem acesso às informações dentro de casa. Para ele, a falta de diálogo no ambiente familiar, quando se trata desse tema, tem a ver com complicações familiares e falta de habilidade para conduzir essa temática, por parte dos adultos.

Ele ainda defende que a educação sexual não pode ter “cunho ideológico”, porém deve ser objetiva. Outro tema polêmico mencionado por ele se refere ao celibato.

O papa não apoia o celibato como algo opcional, mas afirma que em locais com escassez de sacerdotes, o caso pode ser analisado. Todavia, ele enfatiza que se trata de uma questão reservada para os teólogos estudarem melhor.



#FicaDica

O papa Francisco tem se mostrado bastante moderado em seu discurso e sofre críticas, por parte das alas mais conservadoras da Igreja.



FIQUE ATENTO!

É sempre importante estar atento aos pronunciamentos do papa, que comanda a religião mais influente do mundo ocidental. Esses temas podem cair nas provas.

9 - Inteligência artificial cada vez mais presente na sociedade

Num mundo cada vez mais conectado e imerso nas redes sociais, as inovações tecnológicas estabelecem novas configurações nas relações sociais e de trabalho. A inteligência artificial se constitui num mecanismo que traz mudanças nas formas como as pessoas se relacionam e nas funções que exercem.

No campo profissional, por exemplo, a inteligência artificial – por meio de máquinas ou robôs –, já realiza de forma automatizada funções anteriormente exercidas por pessoas. Hoje, por exemplo, softwares e máquinas realizam relatórios e análises que eram feitas por profissionais preparados para essa função.

Outro exemplo é o uso de atendentes virtuais em chats de relacionamento com clientes. A GOL Linhas Aéreas mantém uma atendente-robô em sua página para esclarecer dúvidas mais frequentes dos usuários.

Uma das questões mais complexas quando se fala nessa tecnologia, é a perda de profissões que passam a ser exercidas por máquinas. Num futuro nem tão distante assim a tendência é essa. E de certa forma, as carreiras profissionais vão se adaptando à tecnologia e passam por transformações intensas para saber lidar com essas mudanças.



#FicaDica

Em julho de 2018, uma equipe de cientistas estrangeiros assinou um acordo em que se comprometiam a não criar máquinas e robôs que possam ameaçar a vida e integridade da raça humana.



FIQUE ATENTO!

Inteligência artificial é um tema bem contemporâneo e está ligado à realidade das pessoas, à medida que interfere nas atividades profissionais e formas de se relacionar. Por isso, é um assunto bem relevante.

10 – Paris e Berlim (pró-Europa)

Emmanuel Macron, presidente da França, e Angela Merkel, premiê alemã, assinaram um tratado de cooperação entre os países, pró-Europa, no dia 22 de janeiro. A ideia é fortalecer as relações entre as nações em direção a uma União Europeia mais forte e dinâmica, diante da saída do Reino Unido do bloco europeu.

Uma das questões difundidas é a defesa do multilateralismo e soberania da Europa. Essa proposta dá espaço para a diversidade cultural dos Estados-membros para trazer solidez e sucesso ao bloco.

Ambos os governantes concordam que o acordo contribui para a construção de uma Europa unida e fortalecida diante dos desafios do século 21.



#FicaDica

O multilateralismo defendido por franceses e alemães prega o acordo entre dois ou mais países diante de um tema comum, é um ponto importante de cooperação nas relações diplomáticas.



FIQUE ATENTO!

A maior parte das questões que traz esse tema pode tratar de multilateralismo e objetivos dos blocos econômicos. Por isso, é importante manter atenção aos fatos mais impactantes relativos à União Europeia.

11 – Lemann perde posto de homem mais rico do Brasil para Safra

O empresário Jorge Paulo Lemann não é mais o brasileiro mais rico, seu posto foi superado pelo banqueiro Joseph Safra. Atualmente, Lemann tem fortuna avaliada em US\$ 23 bilhões. Já Safra acumula US\$ 25,2 bilhões.

No ranking mundial, na lista da revista Forbes, Safra ocupa a 31º lugar como o homem mais rico do planeta e lidera como o banqueiro com maior fortuna do planeta. Já Lemann aparece no 37º lugar. As informações foram divulgadas no portal "G1", em 01/03/2019.

Lemann perdeu US\$ 4 bilhões desde 2018 e ocupava o posto de homem mais rico do Brasil havia seis anos. Em 2018, Safra, ao contrário, teve aumento de US\$ 1, 6 bilhão em sua fortuna. E, nos últimos anos, seu patrimônio aumentou em cerca de US\$ 8 bilhões.



#FicaDica

O ranking da revista Forbes é um dos instrumentos mais relevantes para o mundo dos negócios. A revista foi fundada em 1917.



FIQUE ATENTO!

Questões sobre esses rankings podem apresentar texto de apoio, em que o domínio da interpretação conta muito para chegar aos resultados esperados.

12 –Sem visto para os EUA

A visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, em março, foi um dos momentos mais esperados do Planalto, devido ao encontro do brasileiro com Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos, e figura admirada pelo clã Bolsonaro.

A visita do presidente do Brasil também trouxe à tona uma medida polêmica, o governo quer autorizar a entrada de turistas dos Estados Unidos, sem necessidade de visto. A ação valeria para Japão, Austrália e Canadá.

Porém nenhum dos países anunciou que pretendem aderir à política de reciprocidade e, dessa forma, autorizar esse benefício para os brasileiros. Para o governo, a medida busca fomentar o turismo no país.



#FicaDica

Críticas em relação à medida citam que a autorizar a entrada sem levar em conta a reciprocidade "coloca o Brasil em posição desvantagem e fragiliza sua importância diplomática" além de "inferiorizar seu povo".



FIQUE ATENTO!

A política de reciprocidade prevê que os países adotem ações compatíveis. Se uma nação exige visto da outra, é aceitável que ambas possam aderir às mesmas práticas.

13 - Acordo para reconstrução da Síria

Desde 2011, a Síria enfrenta uma intensa guerra civil que já deixou milhões de mortos e refugiados. O país hoje vive um cenário de miséria em meio à devastação. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) citam que o conflito custou mais de US\$ 380 bilhões de dólares.

Em 2018, a sociedade mundial tem discutido a implantação de um plano para a reconstrução da Síria. Mas a atrair investimentos externos tem sido desafiante para a nação, tendo em vista as sanções impostas pelos Estados Unidos, por conta de denúncias de violações de direitos humanos sob a gestão de Bashar al-Assad, o presidente do país. Atualmente, Rússia, China e Irã investiram na nação nos últimos e são os países aliados do governo.

Com as sanções, a Síria fica impedida de exportar e até receber investimentos estadunidenses. Na opinião de especialistas em relações internacionais, executar um plano de reconstrução depende da exclusão das sanções e participações de mais nações que possam investir no país.



#FicaDica

Em mais de sete anos de guerra civil, mais de 5,6 milhões de pessoas foram forçadas a deixar suas casas em busca de uma vida melhor em outros países. Além disso, mais de 500 mil pessoas vivem deslocadas dentro país.



FIQUE ATENTO!

De acordo com a ONU, a maioria dos refugiados que vive nos países vizinhos se encontra abaixo da linha da pobreza em situação de miséria.

14- Entrada no país: EUA exigirão histórico das redes sociais

Os EUA endureceram cada vez mais a entrada de estrangeiros ao país. Em março, Donald Trump anunciou que entre as regras previstas para o visto, as autoridades vão pedir histórico nas redes sociais nos últimos cinco anos.

ÍNDICE

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de dezembro de 1988. Art. 205 ao 214....	01
BRASIL. Lei n.º 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente	03
BRASIL. Lei n.º 9.394/1996. LDB – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional	60
BRASIL. Decreto n.º 7.611/2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm	79
BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm	81
Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacionaldeeducacaoespecial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192	82
Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT; Instituto Avisa Lá – Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em: https://www.avisala.org.br/wpcontent/uploads/2015/06/revistadeeducacaoinfantil_2012.pdf	89
Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos – Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf	105
Ministério da Educação. Práticas cotidianas na educação infantil – Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Secretaria de Educação Básica e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf	152
Ministério da Educação. Brinquedos e brincadeiras de creches: Manual de Orientação Pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf	181
11. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – versão final. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf	222
Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em Creches que respeite os direitos fundamentais da criança. Brasília: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf	233
Resolução CNE/CEB n.º 2/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf	240
Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 – Institui Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf	245
Resolução CNE/CEB n.º 5/2009 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file	247
Resolução CNE/CEB n.º 03/2010 – Estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file	248
Resolução CNE/CEB n.º 4/2010 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf	251
Resolução CNE/CEB n.º 7/2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file..	263

ÍNDICE

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Resolução CNE/CP n.º 1/2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file	271
---	-----

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. PROMULGADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1988. ART. 205 AO 214

**CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

**Seção I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

[...]

O artigo 6º da Constituição Federal menciona o direito à educação como um de seus direitos sociais. A educação proporciona o pleno desenvolvimento da pessoa, não apenas capacitando-a para o trabalho, mas também para a vida social como um todo. Contudo, a educação tem um custo para o Estado, já que nem todos podem arcar com o custeio de ensino privado.

No título VIII, que aborda a ordem social, delimita-se a questão da obrigação do Estado com relação ao direito à educação, assim como menciona-se quais outros agentes responsáveis pela efetivação deste direito.

Neste sentido, o artigo 205, CF, prevê: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Resta claro que a educação não é um dever exclusivo do Estado, mas da sociedade como um todo e, principalmente, da família. Depreende-se que educação vai além do mero aprendizado de conteúdos e envolve a educação para a cidadania e o comportamento ético em sociedade – a educação da qual o constituinte fala não é apenas a formal, mas também a informal.

Por seu turno, o artigo 206 da Constituição estabelece os princípios que devem guiar o ensino:

- "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", que significa a compreensão de que a educação é um direito de todos e não apenas dos mais favorecidos, cabendo ao Estado investir para que os menos favorecidos ingressem e permaneçam na escola;
- "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber", de forma que o ensino tem um caráter ativo e passivo, indo além da compreensão de conteúdos dogmático se abrangendo também os processos criativos;
- "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino", de modo que não se entende haver um

único método de ensino, uma única maneira de aprender, permitindo a exploração das atividades educacionais também por instituições privadas. A respeito das instituições privadas, o artigo 209, CF prevê que “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”;

- “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, sendo esta a principal vertente de implementação do direito à educação pelo Estado;
- “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas”, bem como “ piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal”, pois sem a valorização dos profissionais responsáveis pelo ensino será inatingível o seu aperfeiçoamento. Além disso, “a lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (artigo 206, parágrafo único, CF);
- “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, remetendo ao direito de participação popular na tomada de decisões políticas referentes às atividades de ensino; e
- “garantia de padrão de qualidade”, posto que sem qualidade de ensino é impossível atingir uma melhoria na qualificação pessoal e profissional dos nacionais.

Enquanto que os artigos 205 e 206 da Constituição possuem uma menor densidade normativa, colacionando princípios diretores e ideias basilares, o artigo 208 volta-se à regulamentação do modo pelo qual o Estado efetivará o direito à educação.

Interessante notar, em primeira análise, que o Estado se exime da obrigatoriedade no fornecimento de educação superior, no art. 208, V, quando assegura, apenas, o “acesso” aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística. Fica denotada ausência de comprometimento orçamentário e infraestrutural estatal com um número suficiente de universidades/faculdades públicas aptas a recepcionar o maciço contingente de alunos que saem da camada básica de ensino, sendo, pois, clarividente exemplo de aplicação da reserva do possível dentro da Constituição. Ainda, é preciso observar que se utiliza a expressão “segundo a capacidade de cada um”, de forma que o critério para admissão em universidades/faculdades públicas é, somente, pelo preparo intelectual do cidadão, a ser testado em avaliações com tal fito, como o vestibular e o exame nacional do ensino médio.



#FicaDica

A abrangência do dever do Estado em relação à educação, nos termos do artigo 208, CF, envolve:

- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade;
- universalização progressiva do ensino médio gratuito;
- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;
- educação infantil às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística (entra aqui o ensino superior);
- oferta de ensino noturno;
- atendimento por programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- zelo, junto aos pais, da frequência dos alunos do ensino fundamental.

*** Apenas a educação básica – ensino fundamental – é obrigatória e gratuita de forma universal – CONSIDERA-SE DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO, sendo que seu não oferecimento gera responsabilidade do administrador.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no «caput» deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver

falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

BRASIL. LEI N.º 8.069/1990. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Noções introdutórias e disciplina constitucional

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204¹.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

No *caput* do artigo 227, CF se encontra uma das principais diretrizes do direito da criança e do adolescente que

1 Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com **recursos do orçamento da seguridade social**, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - **descentralização político-administrativa**, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - **participação da população**, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

é o princípio da prioridade absoluta. Significa que cada criança e adolescente deve receber tratamento especial do Estado e ser priorizado em suas políticas públicas, pois são o futuro do país e as bases de construção da sociedade.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, seguindo em seus dispositivos a ideologia do princípio da absoluta prioridade.

No §1º do artigo 227 aborda-se a questão da assistência à saúde da criança e do adolescente. Do inciso I se depreende a intrínseca relação entre a proteção da criança e do adolescente com a proteção da maternidade e da infância, mencionada no artigo 6º, CF. Já do inciso II se depreende a proteção de outro grupo vulnerável, que é a pessoa portadora de deficiência, valendo lembrar que o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, foi promulgado após aprovação no Congresso Nacional nos moldes da Emenda Constitucional nº 45/2004, tendo força de norma constitucional e não de lei ordinária. A preocupação com o direito da pessoa portadora de deficiência se estende ao §2º do artigo 227, CF: "a lei disporá sobre normas de construção dos **logradouros e dos edifícios de uso público** e de fabricação de **veículos** de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência".

A proteção especial que decorre do princípio da prioridade absoluta está prevista no §3º do artigo 227. Liga-se, ainda, à proteção especial, a previsão do §4º do artigo 227: "A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente".

Tendo em vista o direito de toda criança e adolescente de ser criado no seio de uma família, o §5º do artigo 227 da Constituição prevê que "a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros". Neste sentido, a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, dispõe sobre a adoção.

A igualdade entre os filhos, quebrando o paradigma da Constituição anterior e do até então vigente Código Civil de 1916 consta no artigo 227, § 6º, CF: "os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação".

Quando o artigo 227 dispõe no § 7º que "no atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204" tem em vista a adoção de práticas de assistência social, com recursos da seguridade social, em prol da criança e do adolescente.

Por seu turno, o artigo 227, § 8º, CF, preconiza: "A lei estabelecerá: I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens; II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas". A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Mais informações sobre a Política

Prefeitura Municipal de São Carlos do Estado de São Paulo

SÃO CARLOS-SP

Supervisor de Ensino

VOLUME II
MA039-19-B

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de São Carlos do Estado de São Paulo

Supervisor de Ensino

Edital nº 001/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil

Conhecimentos Gerais - Profª Leticia Veloso

Legislação Educacional - Profª Ana Maria B. Quiqueto e Bruna Pinotti

Conhecimentos Básicos de Educação - Profª Ana Maria B. Quiqueto

Conhecimentos Específicos - Profª Ana Maria B. Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Karina Fávaro

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Danna Silva

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO

ARCE, Alessandra. Interações e Brincadeiras na Educação Infantil. Campinas: Alínea, 2013.....	01
AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: De Piaget a Emilia Ferreiro. 7 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.....	02
BOSSA, Nadia Aparecida. Dificuldades de Aprendizagem - O que São? Como Tratá-las?. Editora Saraiva, 2009.....	07
CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova Didática. 22º edição. Petrópolis: Vozes, 2012.....	09
DEL PRETTE, Zilda A.P.; DEL PRETTE, Almir. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.....	11
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer. São Paulo: Moderna, 2006.....	13
DAVIS, Claudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez, 1993.....	20
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2003.....	23
FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. A psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.....	28
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.....	30
GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2006.....	49
GOMES, Nilma L.; SILVA, Petronilha B.G. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2002.....	53
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.....	59
IMBERNÓN MUNOZ, Francisco. Formação docente e profissional. São Paulo: Cortez, 2000.....	64
KAMII, Constance. A criança e o número. Campinas: Papirus, 1998.....	67
LERNER, Delia. Ler e Escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.....	69
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Editora Heccus, 2015.....	74
LÜCK, Heloísa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola. Petrópolis: Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão.....	79
LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2011.....	82
MELLO, Roseli R; BRAGA, Fabiana M.; GABASSA, Vanessa. Comunidades de Aprendizagem – outra escola é possível. São Carlos: EDUFSCar, 2012.....	86
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2002.....	89
OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.....	94
NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1992.....	97
PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.....	104
PIRES, Celia Maria Carolino. Educação Matemática – Conversa com professores dos Anos Iniciais. São Paulo: Zapt, 2012.....	109
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.....	113
SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2008.....	115
VIGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001.....	118
WEISZ, Telma. O Diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2002.....	124
ZABALZA, Antoni; ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.....	131

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – SUPERVISOR DE ENSINO

ALVES, Nilda (coord.). Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011	01
CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010	04
ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2005	28
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010	30
FUSARI, José Cerchi. A construção da proposta educacional e do trabalho coletivo na unidade escolar. In: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. São Paulo: FDE, 1993. p. 69-75. (Idéias, 16)	32
GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2001.....	35
GIANCATERINO, Roberto. Supervisão escolar e gestão democrática. Rio de Janeiro: Wak, 2010	36
HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001	39
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar; políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2010	47
MACHADO, Rosângela. Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas. São Paulo: Cortez, 2009	49
MEDINA, Antônia da Silva. Supervisão escolar: da ação exercida à ação repensada. 2ª ed. AGE, 2002	53
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf	56
OLIVEIRA, C., FREITAS, L.C. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: SEB, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf	67
POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto; ALMEIDA, Júlio Gomes; SALMASO, José Luis (org.). Ação Supervisora: tendências e práticas. Curitiba: CRV, 2012	76
PARO, Vitor H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2012. .RANGEL, Mary (org.). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. 3. ed. Campinas: Papirus, 2015	79
RIOS. Terezinha A. Compreender e Ensinar – Por uma docência de melhor qualidade. São Paulo: Editora Cortez, 2001	85
SILVA JR, Celestino Alves da & RANGEL, Mary (Org.). Nove Olhares sobre a Supervisão. Campinas: Papirus, 2007.....	88
VASCONCELOS, Celso S. Planejamento - projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico. São Paulo: Libertad, 2002	95
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. 29ª edição, Campinas: Papirus, 2011	97

ÍNDICE

CONHECIMENTOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO

ARCE, Alessandra. Interações e Brincadeiras na Educação Infantil. Campinas: Alínea, 2013.....	01
AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: De Piaget a Emilia Ferreiro. 7 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.....	02
BOSSA, Nadia Aparecida. Dificuldades de Aprendizagem - O que São? Como Tratá-las?. Editora Saraiva, 2009.....	07
CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova Didática. 22º edição. Petrópolis: Vozes, 2012.....	09
DEL PRETTE, Zilda A.P.; DEL PRETTE, Almir. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.....	11
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer. São Paulo: Moderna, 2006.....	13
DAVIS, Claudia; OLIVEIRA, Zilma de. Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez, 1993.....	20
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2003.....	23
FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. A psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.....	28
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.....	30
GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 2006.....	49
GOMES, Nilma L.; SILVA, Petronilha B.G. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. São Paulo: Autêntica, 2002.....	53
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.....	59
IMBERNÓN MUNOZ, Francisco. Formação docente e profissional. São Paulo: Cortez, 2000.....	64
KAMII, Constance. A criança e o número. Campinas: Papyrus, 1998.....	67
LERNER, Delia. Ler e Escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.....	69
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Editora Heccus, 2015.....	74
LÜCK, Heloísa. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola. Petrópolis: Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão.....	79
LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2011.....	82
MELLO, Roseli R; BRAGA, Fabiana M.; GABASSA, Vanessa. Comunidades de Aprendizagem – outra escola é possível. São Carlos: EDUFSCar, 2012.....	86
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, 2002.....	89
OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.....	94
NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1992.....	97
PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.....	104
PIRES, Celia Maria Carolino. Educação Matemática – Conversa com professores dos Anos Iniciais. São Paulo: Zapt, 2012.....	109
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.....	113
SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2008.....	115
VIGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001.....	118
WEISZ, Telma. O Diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2002.....	124
ZABALZA, Antoni; ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.....	131

ARCE, ALESSANDRA. INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. CAMPINAS: ALÍNEA, 2013.

Redescobrir e compreender o importante papel que o adulto possui no desenvolvimento infantil. Este é o convite dos autores do livro "Interações e Brincadeiras na Educação Infantil", organizado por Alessandra Arce, professora do Departamento de Educação (DEd) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e publicado pela Editora Atomo e Alinea.



#FicaDica

Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.

No livro, são apresentadas chaves para abrir portas de possibilidades do trabalho pedagógico nas salas de aula. Segundo a professora Arce, que coordena o grupo, o objetivo dos pesquisadores tem sido o de promover pesquisas na área de Educação Infantil voltadas tanto para a (re) construção da história deste atendimento no Brasil como para propor e pensar a prática pedagógica do professor atualmente. "Ao pensarmos a prática pedagógica do professor temos investido no trabalho a partir da teoria Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica procurando destacar o papel imprescindível que o educador tem no processo de ensino e aprendizagem de crianças pequenas".

Esta é a quinta publicação do grupo, que sempre tem procurado, segundo Arce, trabalhar questões teórico-metodológicas para auxiliar o professor em seu trabalho cotidiano. Com isso, os autores esperam oferecer sugestões de materiais que podem ser trabalhados com as crianças e sugestões de como organizar as atividades e a rotina na sala de aula.

A temática do livro, a Educação Infantil, segundo Arce, possui muitos desafios no Brasil. "Sem dúvida um dos desafios é tomar a Educação Infantil como uma etapa do processo de formação escolar da criança, guardando ao mesmo tempo as especificidades que este tipo de educação demanda", afirma a pesquisadora, que ressalta que a obra procura apresentar como as teorias apresentadas no livro podem contribuir para pensar uma escola que busque o desenvolvimento integral de crianças pequenas. Isso é feito, segundo ela, por meio da discussão dos dois eixos presentes nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil: o brincar e as interações.

Os capítulos do livro foram escritos por membros do grupo de pesquisa, doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFScar, professoras do campus Araraquara da Unesp e do Departamento de Psicologia do campus de Catalão da Universidade de Goiás (UFG).

**Trechos do livro
Capítulo I**

Alessandra Arce

Com base na Teoria Histórico Cultural, Arce enfatiza que a palavra é a "[...] primeira interação da criança realizada com o adulto" e que essa prática "[...] é condição fundamental para o seu bom desenvolvimento" (ARCE, 2013, p. 20).

Nesse sentido, Zinchenko afirma que a "Interação, em especial com os adultos, é motor do desenvolvimento infantil [...] o adulto deve interagir com o bebê para que ele se desenvolva, para que seu mundo seja povoado por palavras, ações e imagens" (2012 apud ARCE, 2013, p. 21). Ou seja, para que a criança possa se apropriar do que foi produzido historicamente, para criar vontades e suprir necessidades é preciso que ela interaja com outras pessoas. Principalmente nos seus primeiros anos de vida, ela precisa do adulto para que tenha acesso a um amplo leque de experiências, as quais irão contribuir para sua formação como um homem social. Nas palavras da autora, "A interação com o adulto é, portanto, responsável pelo desenvolvimento bio-psico-social desta criança; pois é através das mediações que esta interação propicia que a criança irá se construir e se colocar no mundo" (ARCE, 2013, p. 23).

Diante dessa questão, a autora interroga sobre a importância da brincadeira no desenvolvimento infantil, questionando se o mais importante seria a interação com o adulto ou a brincadeira, bem como se a brincadeira seria algo natural.

Arce diz que "[...] a brincadeira é uma das atividades que propicia à criança este agir no mundo" (ARCE, 2013, p. 23) e que ela não é natural; é aprendida na sociedade, assim, é transmitida culturalmente. Ela lembra que "O ponto de partida para a atividade de brincadeira é o adulto, ou melhor, o processo de interação com o adulto, e aos poucos, os pares, as outras crianças, começam a ganhar espaço. Este processo inicial é marcado pela imitação" (ARCE, 2013, p. 24).

Sendo assim, "[...] a criança não imita apenas como algo estático, a imitação é algo dinâmico motivado pelos adultos e as relações sociais travadas por seu intermédio" (ARCE, 2013, p. 25).

Conforme a mesma autora, podemos confirmar a importância do papel do professor nas escolas de Educação Infantil como condutor de atividades/brincadeiras que possibilitem o desenvolvimento da criança, respeitando as suas especificidades e

Desafiando-a intelectualmente, porque situações de interação, de pensamento compartilhado sustentado que não são desafiadoras acabam por perder significado, gerando desinteresse na criança. O professor, portanto, especialmente no momento das brincadeiras, pode, e deve fomentar este tipo de pensamento estimulando a criança (ARCE, 2013, p. 30, grifos da autora).

Quando Arce (2013) se refere ao pensamento compartilhado sustentado, ela está considerando que o papel da Educação Infantil é a formação de conceitos, cabendo ao professor planejar constantemente e avaliar o desenvolvimento das crianças, sendo que o planejamento deve estar sempre presente também nas brincadeiras. Para isso, o professor precisa lembrar que

[...] temos os conceitos presentes no cotidiano da criança e os conceitos científicos. O professor precisa trabalhar esses dois conjuntos dialeticamente, afinal os conceitos cotidianos são os pontos de partida para a formação dos conceitos científicos. (ARCE, 2013, p. 32).

Dessa forma, fica explícita a necessidade de o professor conhecer a criança, seu cotidiano e oportunizar-lhe os conhecimentos científicos produzidos historicamente, caso contrário “[...] será impossível construir pontes, entre o que a criança já conhece e o que ela ainda não conhece” (ARCE, 2013, p. 34).

INTERAÇÕES, APRENDIZAGENS E DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CONTEXTOS ESCOLARES PARA A INFÂNCIA.

Eliza Maria Barbosa – UNESP/Campus de Araraquara
Janaina Cassiano Silva – UFG/ Regional Catalão

Compreendida por autores como Vigotski e Leontiev, a interação é o processo que assegura aos homens, a passagem das funções psicológicas em seu estado elementar para um nível de desenvolvimento superior. Os estudos empreendidos por Vigotski, de 1928 a 1934, em colaboração com Leontiev e Luria, concentravam-se em demonstrar a origem social e mediata dos processos psicológicos superiores, partindo da crença de Vigotski, de que tais processos surgem da interação dos fatores biológicos, que são parte da constituição física do Homo sapiens, com os fatores culturais, que evoluíram através de dezenas de milhares de anos de história humana.

A interação descrita evidencia a natureza social, instrumental e cultural do psiquismo humano. Explícita que os processos presentes no recém-nascido, herdados de sua condição biológica, não lhe capacitam as ações que lhes são impostas, nem mesmo aquelas diretamente ligadas à sobrevivência orgânica do ser. Tomando por base o método dialético, os estudos de Vigotski, Leontiev e Luria demonstram a impossibilidade de compreensão do comportamento atual dos homens sem se interessar pela história do comportamento dos povos primitivos (natureza histórica). Por outro lado, ao reconhecer a interação dialética dos processos psicológicos, afirmando-os como amálgama de influências naturais e culturais, estabelece-se sua natureza cultural.

O aspecto instrumental explicita-se pelos estudos que demonstraram que a relação do homem com a natureza não é direta, mas mediada por instrumentos, produzidos e aperfeiçoados nas relações humanas. Neste trabalho, discutimos alguns pressupostos teóricos indicadores de que a via da humanização das crianças e de seu desenvolvimento psíquico, é a apropriação cultural dos saberes que as condições de vida e educacionais ajudam-nas a realizar.

Desta compreensão, deriva-se outra específica sobre a relação entre o ensino e aprendizagem das crianças pré-escolares, demonstrada pela análise da experiência das ações de extensão desenvolvidas junto às professoras de dois Centros de Recreação de um município do interior paulista. Os referidos Centros atendem crianças de zero a seis anos e o objetivo principal daquelas ações,

é oferecer às professoras uma experiência de formação/reflexão de seus fundamentos da relação entre o ensino e a aprendizagem, contrastando-os com algumas implicações pedagógicas decorrentes da teoria Histórico-Cultural, especialmente sobre o papel da educação no processo de desenvolvimento da criança.

À luz desta teoria, estabelece-se uma clara diferenciação, porém não restritiva quanto às possibilidades de ações das crianças, entre o professor, alguém que domina um saber, um conhecimento sistematizado e tem condições de transmiti-los a muitos num processo multiplicativo e a criança, que se apropria do saber que lhe é transmitido de forma sistematizada e estruturada.

É pela mediação social presente mesmo nas mais elementares ações de apropriação das crianças que o conhecimento se constrói para elas. Todos os objetos ou instrumentos para os quais elas dirigem suas ações de aprendizagem possuem atividade humana condensada e por meio dessas ações desenvolvem-se suas peculiaridades humanas históricas, não-naturais.

Fontes

ARCE, Alessandra. Interações e Brincadeiras na Educação Infantil. Campinas: Alínea, 2013.

FOGLIARINI, D. C.; SANTOS, J. Z. dos.; POLTRONIERI, J.; COSTA, R. A. da.; ALVES, T. R.; SILVA, T. C. D. da.; MAZZUCO, N. G. A formação de professores na educação infantil: buscando relacionar o conhecimento científico com o lúdico. Unioeste, 2016

www.grupoatomoealinea.com.br

<http://www.grupeci.fe.ufg.br/up/693/o/RE54.PDF>

AZENHA, MARIA DA GRAÇA. CONSTRUTIVISMO: DE PIAGET A EMILIA FERREIRO. 7 ED. SÃO PAULO: EDITORA ÁTICA, 2000.



#FicaDica

A alfabetização de crianças quase sempre esteve associada à idéia de ‘prontidão’ para ler e escrever. Inspiradas na epistemologia genética de Jean Piaget, as pesquisadoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky questionam o processo tradicional de alfabetização e mostram a existência de um percurso comum, feito por toda as crianças para a compreensão da leitura e da escrita. Esta obra apresenta ao leitor as contribuições das duas pesquisadoras, permitindo repensar a didática da alfabetização e fornecendo elementos para a elaboração de uma proposta pedagógica que leve em conta a criança como sujeito ativo do conhecimento.

Construtivismo De Piaget a Emilia Ferreiro obra escrita por Maria da Graça Azenha, apresenta um estudo sobre a apropriação e desenvolvimento de mecanismos

de escrita, por crianças em pleno processo de alfabetização. Azenha, mestra em Educação, professora em cursos de pós-graduação em Psicopedagogia e técnica em alfabetização, expõe em oito capítulos, estudos e pesquisas realizadas por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. Baseadas na epistemologia genética de Piaget, Ferreiro e Teberosky construíram uma nova proposta pedagógica de investigação científica sobre o desenvolvimento do conhecimento infantil.

O primeiro capítulo intitulado Introdução, apresenta um breve resumo do propósito da obra, assim como as questões e conceitos que serão discutidos pela autora. No segundo capítulo, de nome Piaget, o leitor encontra informações sobre a vida, estudos e pesquisas do epistemólogo suíço, assim como, compreende o principal foco de sua vida profissional; explicar como se constrói o conhecimento humano.

Em sua terceira parte: O Construtivismo, Azenha introduz os conceitos de Empirismo e Associacionismo, teorias rechaçadas por Piaget, as quais defendem que o conhecimento é adquirido através da observação, de vivências que serão associadas pelos sentidos e por eles, então reproduzidos, limitando assim a construção da inteligência a fatores externos.

Apresentam-se ainda, os conceitos de Inatismo e Pré-formismo que, por sua vez defendem as habilidades naturais que cada ser humano possui, de acordo com sua hereditariedade. Por fim, o capítulo nos expõe os esquemas de assimilação e acomodação, tão presentes na teoria piagetiana, constituindo-se como um jogo mental de aprendizagem e absorção de novos saberes.

Na quarta parte do livro: A alfabetização, somos levados a conhecer o trabalho investigativo de Ferreiro & Teberosky no campo da alfabetização inicial, em que se detectou que a aquisição da leitura e da escrita, inicia-se muito antes do ingresso do aluno no ambiente escolar, sendo o fator socioeconômico uma das principais influências na aquisição efetiva da escrita. Metodologias, critérios, hipóteses e princípios de trabalho são exemplificados e esclarecidos, afim de possibilitar compreensão sobre o raciocínio infantil.

A evolução da criança quinto capítulo, aborda as interpretações referentes aos dados coletados, durante pesquisa realizada por as estudiosas, faz-se uma análise pormenorizada da grafia infantil, abrangendo os cinco níveis construtivos da escrita, sendo: escrita indiferenciada, diferenciação da escrita, hipótese silábica, hipótese silábico-alfabética e hipótese alfabética.

A sexta parte, Implicações pedagógicas, discorre sobre as contribuições, e reflexões que os estudos realizados por Piaget, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky angariaram a classe educativa. Desta forma Azenha, reflete sobre as discrepâncias encontradas entre a prática alfabetizadora e a compreensão real que as crianças fazem do sistema de escrita. Conhecer o modo como os pequenos aprendem, significa reformular práticas que até então, vinham sendo reproduzidas sem maiores questionamentos.

Os capítulos finais: Vocabulário crítico e Bibliografia comentada, prestam informações clarificadoras, sobre termos e referências teóricas utilizadas para compor a presente obra aqui resenhada. O livro possui vocabulário teórico, exigindo do leitor familiaridade com termos e

trabalhos dos autores mencionados, no entanto é leitura necessária aos docentes alfabetizadores que busquem maior compreensão sobre o assunto, bem como, uma renovação de seus métodos educativos.

INATISMO, EMPIRISMO E CONSTRUTIVISMO: TRÊS IDEIAS SOBRE A APRENDIZAGEM

Inatismo – saber congênito

Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates (469- 399 a.C.)

- Tese: posição a favor das ideias congênitas,
- a alma precede o corpo, antes de encarnar, tem acesso ao conhecimento;
- conhecer é relembrar, pois a pessoa já domina determinados conceitos desde que nasce.
- as pessoas naturalmente carregam certas aptidões, habilidades, conceitos, conhecimentos e qualidades em sua bagagem hereditária.
- motivou um tipo de ensino que acredita que o educador deve interferir o mínimo possível, apenas trazendo o saber à consciência e organizando-o.
- Em resumo: o estudante aprende por si mesmo”,

Empirismo, a absorção do conhecimento externo

Aristóteles (384-322 a.C.): perspectiva contrária à de Platão

- embora nasçam com capacidade de aprender, as pessoas precisam de experiências ao longo da vida para que se desenvolvam.
- A fonte do conhecimento são as informações captadas do meio exterior pelos sentidos.
- Ideias de Aristóteles impulsionaram o empirismo: Corrente favorável a um ensino pela imitação - na escola, as atividades propostas são as que facilitam a memorização, como a repetição e a cópia.
- informações se transformam em conhecimento quando passam a fazer parte do hábito de uma pessoa.
- Absorvidos tal como uma esponja retém líquido, os dados aprendidos são acumulados e fixados - e podem ser rearranjados quando outros conteúdos mais complexos aparecem.
- mente humana: tábula rasa, um espaço vazio a ser preenchido.

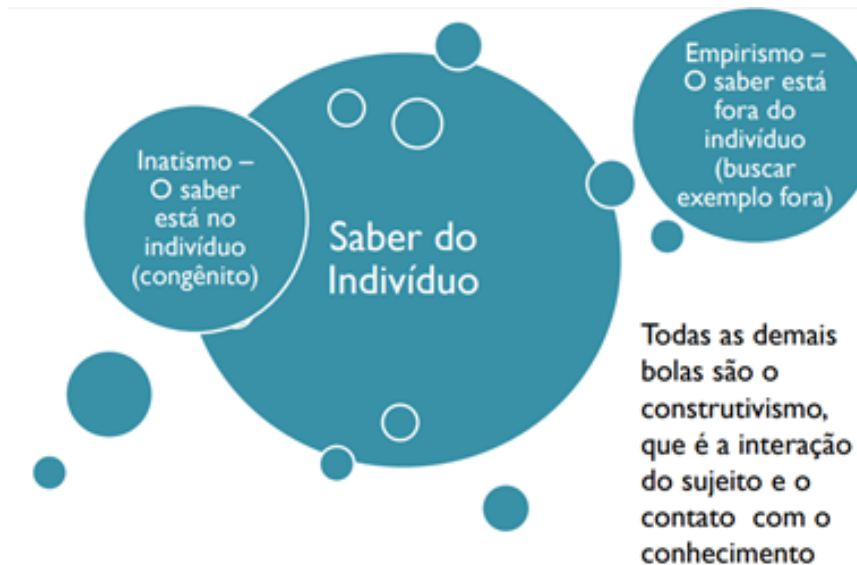
Papel da escola: Formar um sujeito capaz de conhecer, julgar e agir segundo os critérios da razão, substituindo as respostas “erradas” absorvidas no contato com diversos meios (a religião, por exemplo) pelas “certas”, já validadas pelos acadêmicos por seguirem os critérios científicos da época.

Construtivismo, a tentativa de caminho do meio o sujeito tem potencialidades e características próprias, mas, se o meio não favorece esse desenvolvimento (fornecendo objetos, abrindo espaços e organizando ações), elas não se concretizam. A presença ativa do sujeito diante do conteúdo é essencial - portanto, não basta somente ter contato com o conhecimento para adquiri-lo.

Construtivismo, a tentativa de caminho do meio

É preciso “agir sobre o objeto e transformá-lo”, como diz Jean Piaget. Compara a construção de conhecimento à de uma casa, que deve ter materiais próprios e a ação de pessoas para que seja erguida.

Vamos entender melhor Inatismo



O saber está no indivíduo (congenito) Saber do Indivíduo Empirismo O saber está fora do indivíduo (buscar exemplo fora) Todas as demais bolas são o construtivismo, que é a interação do sujeito e o contato com o conhecimento

O que é construtivismo

Um ensino construtivista: o aluno passa a participar ativamente da própria aprendizagem, mediante: experimentação, pesquisa, trabalho em grupo, estímulo ao desafio, desenvolvimento do raciocínio e busca constante de aperfeiçoamento.

PIAGET E SUA TEORIA

Piaget: estágios e períodos do desenvolvimento

- diferentes maneiras do indivíduo interagir com a realidade de organizar seus conhecimentos visando sua adaptação, constituindo-se na modificação progressiva dos esquemas de assimilação.
- os estágios evoluem como uma espiral, de modo que cada estágio engloba o anterior e o amplia.
- não define idades rígidas para os estágios, mas sim que estes se apresentam em um sequência constante.

Professor:

- espectador do desenvolvimento e
- favorecedor dos processos de descobrimento autônomo de conceitos,
- mais do que como um agente que pode intervir ativamente na assimilação do conhecimento.

Processo de conhecimento por parte da criança deve ser gradual: cada salto cognitivo depende de uma assimilação e de uma reacomodação dos esquemas internos, que necessariamente levam tempo. É por utilizar esses esquemas internos, e não simplesmente repetir o que ouvem, que as crianças interpretam o ensino recebido.

No caso da alfabetização isso implica uma transformação da escrita convencional dos adultos. Para o construtivismo, nada mais revelador do funcionamento da mente de um aluno do que seus supostos erros, porque evidenciam como ele “releu” o conteúdo aprendido. O que as crianças aprendem não coincide com aquilo que lhes foi ensinado.

Conceitos explicativos do desenvolvimento (Como e Por que)

1) Esquemas

Estruturas mentais com que os indivíduos intelectualmente se adaptam e organizam o ambiente.

- Podem ser examinados por meio do comportamento observável da criança; do esquema que brota o comportamento.

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – SUPERVISOR DE ENSINO

ALVES, Nilda (coord.). Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011	01
CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010	04
ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2005	28
FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010	30
FUSARI, José Cerchi. A construção da proposta educacional e do trabalho coletivo na unidade escolar. .In: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública. São Paulo: FDE, 1993. p. 69-75. (Idéias, 16)	32
GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2001.....	35
GIANCATERINO, Roberto. Supervisão escolar e gestão democrática. Rio de Janeiro: Wak, 2010	36
HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001	39
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar; políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2010	47
MACHADO, Rosângela. Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas. São Paulo: Cortez, 2009	49
MEDINA, Antônia da Silva. Supervisão escolar: da ação exercida à ação repensada. 2ª ed. AGE, 2002	53
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf	56
OLIVEIRA, C., FREITAS, L.C. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: SEB, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf	67
POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto; ALMEIDA, Júlio Gomes; SALMASO, José Luis (org.). Ação Supervisora: tendências e práticas. Curitiba: CRV, 2012	76
PARO, Vitor H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2012. .RANGEL, Mary (org.). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2015	79
RIOS, Terezinha A. Compreender e Ensinar – Por uma docência de melhor qualidade. São Paulo: Editora Cortez, 2001...	85
SILVA JR, Celestino Alves da & RANGEL, Mary (Org.). Nove Olhares sobre a Supervisão. Campinas: Papyrus, 2007.....	88
VASCONCELOS, Celso S. Planejamento - projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico. São Paulo: Libertad, 2002	95
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. 29ª edição, Campinas: Papyrus, 2011	97

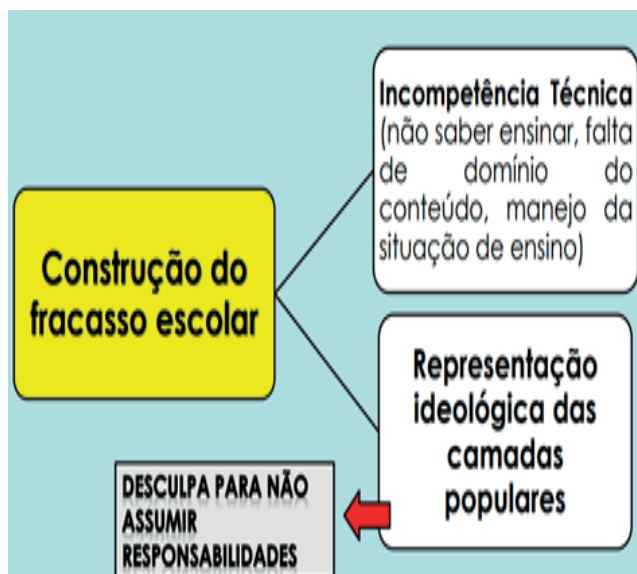
ALVES, NILDA (COORD.). **EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO: O TRABALHO COLETIVO NA ESCOLA**. 13. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2011.

EDUCAÇÃO ESCOLAR E CLASSES POPULARES



#FicaDica

Para dimensionarmos com mais clareza o valor que o ensino formal pode ter para as classes populares, julgo necessário aliar nossa ação prática a uma revisão teórica. Uma revisão que supere e incorpore os modelos que têm nos permitido entender o que a escola é, mas nos causam certo imobilismo quando queremos prever e propor o que ela pode ser e deve ser.



É preciso pensar a escola como um dos espaços da sociedade, isto é, como parte integrante de uma totalidade que é dinâmica.



RELAÇÕES ENTRE PESSOAS (RELAÇÕES DE CONTRADIÇÃO)

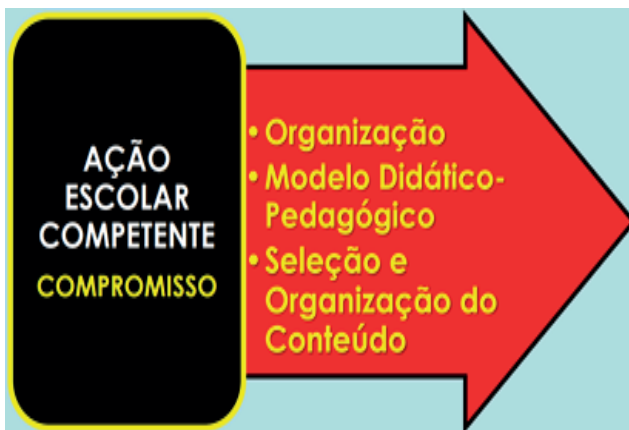
O movimento existe na escola porque existe na sociedade.

Trata-se de perceber com clareza qual o papel da educação escolar no conjunto dos demais processos de transformação social.

O CONHECIMENTO É PATRIMÔNIO COLETIVO DA SOCIEDADE

A escola deve e pode transmitir o conhecimento como um ponto de partida para uma visão mais crítica da sociedade que a mantém.

FUNÇÃO DO EDUCADOR PRÁXIS EDUCATIVA



A escola democrática será aquela que conseguir interagir com as condições de vida e com as aspirações das camadas populares.

FORMAÇÃO DO EDUCADOR: Aspectos Teóricos

É preciso fazer nascer um novo educador, mas como um grupo cômico de seus direitos e de sua luta e principalmente comprometido com os interesses da maioria da população escolar à qual atende. É desta perspectiva que cabe pensar a formação do supervisor.

A atuação em equipes de supervisão escolar implica no domínio de conhecimento de:

- Didática;
- Metodologia do ensino;
- Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem.

ENTENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO POR PARTE DO SUPERVISOR ESCOLAR

Uma lei reflete uma negociação feita num dado momento onde diferentes forças estavam disputando a liderança do processo político da sociedade.

O supervisor deve examiná-la de forma crítica e encontrar formas de fazê-la cumprir a favor dos grupos sociais marginalizados do poder.

A SUPERVISÃO ESCOLAR: um urgente desafio

Numa escola, compete ao Supervisor criar condições para que os educadores que ali trabalham possam rever a sua atuação.

Uma das possibilidades concretas de atuação do supervisor é exatamente a luta contra o ativismo e o verbalismo.

Nenhum educador cresce se não reflete sobre o seu desempenho enquanto profissional e se não reflete sobre a ação que foi desenvolvida.

Passos concretos a serem dados pelo Supervisor:

1. Possibilitar aos educadores viver a práxis educativa;
2. Criar momentos de reflexão nas escolas, para troca de experiências, rever o que foi feito e juntos encontrar alternativa de ação.
3. Criar estratégias de trabalho em equipe.

Educação é uma tarefa e um encargo coletivo, no mundo de hoje. Portanto, é imperioso que o Supervisor contribua decisiva e decididamente para a formulação coletiva de projetos de saídas para desafios propostos.

SUPERVISÃO E DIDÁTICA

Sob a argumentação de que primeiramente seria necessário resolver-se o problema da quantidade – escola para todos! – deixou-se o atendimento a qualidade para depois, para mais tarde, quando as condições gerais do país assim o permitissem.

A Ação Supervisora se pauta por 4 elementos:

1. PLANEJAMENTO
2. CONTEÚDOS
3. PROCEDIMENTOS
4. AVALIAÇÃO

PLANEJAMENTO

- Planejamento como atitude (práxis educativa);
- Os cuidados com a Didática só tem sentido a partir da percepção clara por parte do sujeito – o professor – sobre a situação em ele atua;
- Orientação do Supervisor na racionalização da atividade prática, na oferta de alternativas para a ação, no aumento de aptidão do professor para tomar decisões.

CONTEÚDOS

- Selecionar os conteúdos em função do aluno real que está aqui e agora, com suas deficiências, limitações, expectativas e condicionamentos;
- Sugerir a ideia de o professor ter sempre as estruturas básicas de sua própria disciplina e priorizar o essencial;
- Conteúdos são importantes (formam atitudes).

PROCEDIMENTOS

- Substituir a “educação bancária”, por sessões de estudo;
- Trabalhar com situações-problema, para que façam uso dos conteúdos aprendidos;
- Professor e alunos trabalhando juntos, na solução de problemas extraídos da realidade sociocultural;
- O Supervisor deve observar os alunos.

AVALIAÇÃO

- Avaliar os alunos, de maneira que os professores repensem seu próprio trabalho, corrigindo-o naquilo que for necessário e mantendo os procedimentos que vêm se mostrando satisfatórios;
- Avaliar a aprendizagem dos alunos, de maneira que seu ensino também seja avaliado.

ENCAMINHAMENTOS A AÇÃO SUPERVISORA:

1. Participar, observar e discutir o trabalho dos professores;
2. Trabalhar os pressupostos da Psicologia junto aos professores, quando pertinente;
3. Pensar sociologicamente a sala de aula, a problemática educacional, dentro do contexto social, econômico, político e cultural em que a mesma se insere;
4. Formação ampla do Supervisor.

A Supervisão consiste, praticamente, na educação permanente dos educadores.

A PRÁTICA DA SUPERVISÃO

A Supervisão em Educação deve ser entendida como o ver crítico, construtivo, vitalizador das ações educativas colocadas a serviço dos indivíduos e dos grupos, tendo-se em vista seu desenvolvimento e transformação para melhor.

A prática da supervisão exige, de parte do supervisor, uma constante avaliação crítica de seu próprio desempenho e um esforço continuado de aperfeiçoamento como técnico, mas, especialmente como pessoa.



A Supervisão é uma atividade essencialmente cooperativa. É necessário dividir tarefas e somar esforços para que os objetivos educacionais sejam alcançados, sem dispêndios de energia e multiplicando o resultado final.

Essa é a prática efetiva da supervisão em educação.

SUPERVISÃO: um exercício de democracia ou de autoritarismo?

Democracia é, para nós, a igualdade, para todos, de acesso aos bens criados pela civilização moderna (acesso a uma boa escola, a diversas formas de cultura – popular e erudita – a criação científica, ao trabalho, a justiça, a segurança, etc).

O QUE VEM A SER A BUROCRACIA?

TIPO IDEAL

- Garante maior eficiência às organizações modernas;
- Princípio da racionalidade (especialização funcional, delimitação de hierarquia e autoridade).

TIPO PRÁXIS

- Intensifica suas vantagens e desvantagens, de acordo com o pano de fundo político.

TIPOS DE AUTORIDADE

- AUTORIDADE TRADICIONAL: obediência habitual e adaptada;
- AUTORIDADE CARISMÁTICA: obediência voltada a dedicação pessoal;
- AUTORIDADE LEGAL, RACIONAL OU

BUROCRÁTICA: obediência motivada pelo cálculo da conveniência pessoal.

Como um sistema burocratizado pode garantir a formação do homem integral, pensar a sua totalidade? Aceitar a unidade de comando e a centralização da tomada de decisões em prol do desenvolvimento educacional, ou descentralizar a decisão até ao próprio aluno?

AUTORITARISMO

O Autoritarismo com a burocracia se traduz na servidão da pessoa, na alienação. Os dirigentes pensam, planejam e organizam e os dirigidos apenas executam. Os dois aspectos juntos conspiram contra a humanização do Homem.

OS VALORES DE UMA EDUCAÇÃO PARA HUMANIZAÇÃO DO HOMEM

- Queremos um Homem capaz de fazer opções e de fazê-las com padrões de prioridades;
- Queremos um Homem capaz de dizer não a tudo que o afaste de seu projeto de auto realização (autonomia, independência de caráter, consciência);
- Queremos um Homem capaz de determinar o sentido de suas palavras.

Construir juntos significa que a grande unidade a ser considerada é a escola e sua rede, sendo o sistema apenas o meio para que as atividades e fins se cumpram no lócus privilegiado de sua realidade: a escola inserida na comunidade.

Antes de ser um expert em leis, decretos, portarias, pareceres, deliberações, resoluções, etc, o que se deseja de um supervisor que utilize uma estratégia democrática de trabalho é a habilidade e a sensibilidade políticas, que emergirão de sua capacidade de liderança e comunicação, da percepção que tenha de si e do outro, do autoconceito, enfim, do atendimento às suas necessidades individuais e do clima emocional do grupo.

É preciso que o supervisor abandone qualquer pretensão de superioridade e veja no próximo um ser humano, para dele se aproximar numa atitude liberal, de abertura e diálogo.

PRÁTICA E SUPERVISÃO

O pedagógico não emerge naturalmente no exercício rotineiro da Supervisão, é preciso suscitá-lo quase a força.

O supervisor que estamos necessitados é aquele capaz de estabelecer a relação entre o pensamento dos especialistas e o de todos os homens.

A supervisão como fórum permanente de debate e avaliação do sentido do projeto educacional que se desenvolve

Para superar a burocracia é necessário ter como aliados a eficiência e a competência.



Para que esses aliados sejam fortes o suficiente, se faz necessário o confronto e a discussão para que se destrua o conformismo reinante.

Fonte

https://pt.slideshare.net/Vakirtzis/educacao-e-supervisor-o-trabalho-coletivo-na-escola?from_action=save



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (Pref. Gramado/RS - Supervisor Pedagógico - Superior – FUNDATEC/2015) O currículo, para a autora é um elemento constitutivo importante da organização escolar. Nesse sentido, um dos pontos básicos apontados pela autora para a organização curricular é:

- a) Currículo e contexto social podem, sim, ser separados.
- b) O currículo pode não expressar um tipo de cultura.
- c) O currículo não é um instrumento neutro.
- d) Devido à especificidade de cada área do conhecimento, a organização curricular, necessariamente, deve ser fragmentada para respeitar as diferentes disciplinas curriculares.
- e) A organização curricular implica na simplificação do conhecimento científico, adequando-o à faixa etária dos alunos.

GABARITO OFICIAL: C

Em "c": Certo - O currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios.

CASTRO, JANE MARGARETH; REGATTIERI, MARILZA (ORG.). INTERAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA: SUBSÍDIOS PARA PRÁTICAS ESCOLARES. BRASÍLIA: UNESCO; MEC, 2010

INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: SUBSÍDIOS PARA PRÁTICAS ESCOLARES

1. Introdução

Professoras da rede pública de uma típica cidade de periferia metropolitana começam a visitar as casas de seus alunos para ver mais de perto a vida das crianças e de seus pais. Conhecendo o ambiente doméstico, esperam compreender melhor seus alunos e passar a contar com a ajuda dos familiares para melhorar o desempenho escolar das crianças. Como toda visita gentil, cada professora leva para a família uma lembrança: uma muda de árvore. Os educadores optaram por este brinde porque o município perdeu quase toda a sua cobertura vegetal. Eles consideram válida qualquer iniciativa para tentar reflorestá-lo. Mesmo honrada com o presente, a mãe (ou o pai ou a avó ou outro responsável), dias depois, é obrigada a devolvê-lo à escola porque simplesmente não há onde plantar a árvore. Lembrem-se: é uma típica periferia de nossas grandes cidades, onde se amontoam, de forma desordenada, milhares de pequenas moradias. Sem quintal, jardim, muro, portão ou mesmo rua. Nos poucos dias em que, hesitantes, os responsáveis pelas crianças decidiam que destino dar à nobre mudinha, ela murchou e desfolhou. Estava seca, quando chegou de volta ao pátio da escola. E foi colocada ao lado de outras centenas como ela. Nas várias escolas municipais, o mesmo se repetiu: via-se um mundo de arvorezinhas raquíticas em saquinhos pretos, um quase cemitério de plantinhas recém-nascidas...

Como esta história poderia continuar? Há diferentes possibilidades de desfecho, dependendo das escolhas feitas pelos principais personagens. Podemos partir da mais previsível: desolado com o insucesso de suas boas intenções, o pessoal das escolas põe-se a procurar o erro e a buscar culpados. Algumas professoras veteranas acharam que tudo aquilo evidenciava a conhecida má vontade e desinformação dos familiares. Pois certamente, se procurassem com carinho, encontrariam um lugarzinho para plantar a mudinha. Diante de tal ingratidão, era melhor não tentar mais esse tipo de aproximação, defenderam. Outro grupo de professoras tratou de apontar suas críticas para a coordenação, a direção da escola e a Secretaria Municipal de Educação pela ideia da planta. Como esqueceram que estamos na área mais pobre e densamente povoada do Estado?, repreendiam. Claro que ninguém tem onde plantar uma árvore, todas foram cortadas justamente para dar espaço para mais gente.

Enquanto o debate prosseguia, a sobrevivência das mudas estava por um triz. Será que morreria toda a promessa de floresta? Os muitos saquinhos pretos enfileirados, como que prontos para o funeral, chamaram a

atenção de um grupo de alunos. Eles perguntaram aos adultos: o que vocês vão fazer com as plantas? Fez-se silêncio. Todos sabiam que também na escola não havia onde plantar todas aquelas árvores. Nem em seu entorno, com poucas ruas urbanizadas. Devolvê-las a quem fez a doação seria uma prova cabal de incompetência. Abandoná-las, um ato insensível e totalmente antieducativo. Como proceder? Alguém então sugeriu que se tentasse saber o que a escola mais próxima pensava em fazer, já que o problema era comum.

Na procura por soluções, descobriram que o último grande terreno existente na região acabara de ser desapropriado pela prefeitura – para que se construísse ali perto uma área integrada de equipamentos sociais. Conversa vai, conversa vem, gestores municipais, diretores de escola, professores, pais, avós, tios e alunos conseguiram liberar parte do terreno para o plantio das mudas e assim iniciaram o que viria a se transformar na maior área verde do município. Até lá, compartilhariam, sem perceber, o equivalente a muitas e muitas aulas de Ciências e aprenderiam bem mais do que uma lição de Ecologia. E não pararam por aí: depois de garantir que as mudas crescessem, as famílias e os profissionais da escola abandonaram antigos hábitos e renovaram seu dia a dia – tudo para que, todos os anos, continuasse a florescer em seus filhos/alunos o desejo de aprender.

PARA ALÉM DAS SEMELHANÇAS E COINCIDÊNCIAS

Esta história, uma ficção de final feliz, levemente inspirada em fatos reais, espelha o que vem acontecendo na rede de ensino das pequenas ou grandes cidades brasileiras: cada vez mais as redes de escolas públicas buscam, por diferentes meios, aproximar-se das famílias de seus alunos, conhecer suas condições de vida e envolvê-las na produção de bons resultados educacionais. Projetos, ideias e práticas inovadoras, como a visita domiciliar da história, nascem nos gabinetes das Secretarias, nas salas de aula e até em iniciativas isoladas de professores.

Como construir uma relação entre escola e família que favoreça a aprendizagem das crianças e adolescentes?

Esta pergunta é o fio condutor deste estudo.

O presente trabalho faz parte de um esforço de gerar conhecimentos educacionais, por meio de estudos, pesquisas, avaliação e projetos piloto, que contribuam para as práticas educativas em sala de aula e para a formulação de projetos e políticas públicas. A participação das famílias na vida escolar de seus filhos, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, é destacada como estratégia importante de apoio à aprendizagem em publicações técnicas e nas cartas e declarações internacionais resultantes de reuniões e conferências convocadas pela UNESCO desde os anos 1980. Entre elas, vale lembrar como marcos a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (JOMNTIEN, 1990), reafirmada pela Conferência de Dacar (2000), que estabeleceu como um de seus objetivos assegurar, até 2015, o atendimento das necessidades de aprendizado de todas as crianças, jovens e adultos em processo equitativo. Como país-membro da UNESCO, o Brasil, por meio do Ministério da Educação, também tem renovado, ano a ano, este compromisso.